

Governo dobra repasse a centrais sindicais

Em três anos, verba destinada a entidades salta de R\$ 62 mi a R\$ 124 mi; uso do dinheiro não sofre fiscalização

Quantia equivale a 10% do imposto sindical; das seis centrais, só a CUT diz ser contra a cobrança obrigatória

BERNARDO MELLO FRANCO
DE SÃO PAULO

O governo federal dobrou, em três anos, o valor repassado às principais centrais sindicais, que preparam festas milionárias para celebrar o feriado do Dia do Trabalho nesta terça-feira.

O bolo destinado às centrais saltou de R\$ 62 milhões em 2008 para R\$ 124 milhões no ano passado, segundo levantamento feito pela pasta a pedido da **Folha**. Se o ritmo de crescimento se mantiver, a quantia vai ultrapassar os R\$ 150 milhões em 2012.

O dinheiro representa 10% da receita com o imposto sindical. A contribuição anual equivale à remuneração por um dia de serviço e é obrigatória mesmo que o trabalhador não seja sindicalizado.

Apesar da origem pública, não há nenhuma fiscalização sobre o uso da verba. Ao sancionar a lei que instituiu os repasses, em 2008, o então presidente Lula vetou dispositivo que obrigava as entidades a submeter os gastos ao TCU (Tribunal de Contas da União).

Nos primeiros quatro anos da regra, as seis centrais receberam um total de R\$ 370 milhões. A exemplo do Ministério do Trabalho, todas defendem a cobrança obrigatória, à exceção da CUT (Central Única dos Trabalhadores).

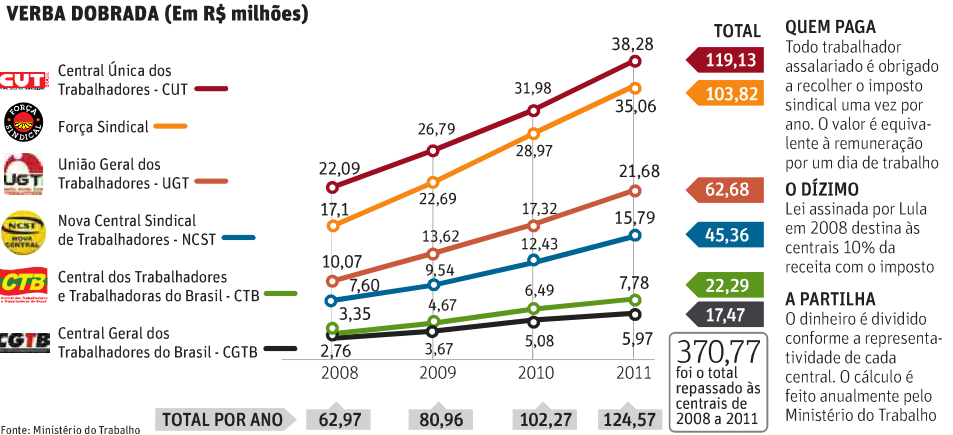
“É um imposto justo. Sem esse dinheiro, a maioria das centrais teria muitas dificul-



Festa do Primeiro de Maio feita pela CUT no Anhangabaú



Festa organizada pela Força Sindical, na Barra Funda



dades para sobreviver”, afirma o secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, o Juruna.

A entidade do deputado Paulinho da Força (PDT-SP) recebeu R\$ 103 milhões em quatro anos e ocupa o segundo lugar na lista de repasses.

A CUT, que ficou com R\$ 119 milhões, promete usar o Primeiro de Maio para divulgar sua campanha contra o imposto. Ligada ao PT, a

central defende que o valor da contribuição seja decidido pelos filiados a cada sindicato, em assembleia.

“Hoje o sistema estimula a criação de sindicatos fantasmas, que não representam ninguém e só existem para arrecadar”, diz o presidente da CUT, Artur Henrique.

Os rivais dizem que a bandeira cutista tem como objetivo barrar o crescimento das outras centrais e recuperar a

hegemonia sobre o movimento sindical. Argumentam que a entidade já cobrava o “dízimo” dos seus sindicatos antes de o repasse virar lei.

“Quem for sério e prestar serviço vai motivar o trabalhador a contribuir livremente”, rebate Henrique.

Disputas à parte, as centrais são unânimes ao apontar os motivos do crescimento acelerado nos repasses: o aumento do número de tra-

balhadores com carteira assinada e a competição acirrada para atrair novos sindicatos.

Quando uma categoria não está vinculada a uma central, os 10% do imposto vão para o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), onde o governo e os empresários também têm poder de decisão.

Com o vínculo, os sindicalistas garantem mais influência sobre o destino do dinheiro do trabalhador.

Estatais ajudam a bancar shows do Primeiro de Maio

DE SÃO PAULO

Apesar de o governo ter dobrado os repasses de verbas às centrais sindicais, as entidades continuam a recorrer a empresas estatais para bancar os gastos com shows no 1º de Maio em São Paulo.

Neste ano, Petrobras, Caixa, Banco do Brasil e Eletrobras abrirão os cofres para financiar as festas da CUT, no Vale do Anhangabaú, e das demais centrais sindicais, na praça Campo de Bagatelle (zona norte).

Os dois eventos desta terça-feira custarão cerca de R\$ 5 milhões e servirão de palanque a autoridades e pré-candidatos a prefeito.

Só a Petrobras vai desembolsar R\$ 600 mil (metade para cada festa). A empresa sustenta que o patrocínio renderá “grande visibilidade à marca” e “retorno positivo de imagem”.

Na competição pelo público, a CUT e as rivais vão oferecer shows gratuitos dos mesmos artistas com poucas horas de diferença —e a menos de 5 km de distância entre os palcos.

É o caso da cantora sertaneja Paula Fernandes e da dupla Edson e Hudson, que dobrarão o cachê no feriado do trabalhador.

Brahma, Bradesco e Sesi completam a lista de patrocinadores dos eventos. (BERNARDO MELLO FRANCO)

ANÁLISE CÓDIGO FLORESTAL

Persistem as incertezas na lei ambiental

Senado já prepara novo projeto restabelecendo itens derrubados

MAURO ZAFALON
COLUNISTA DA FOLHA

Após anos de batalha, agricultores e pecuaristas têm um conjunto de regras sobre o ambiente. Acabou a insegurança jurídica no setor. Será?

Isso até poderia ter sido realidade se os deputados não tivessem exagerado na dose na votação do Código Florestal aprovado na semana passada. A tão propalada insegurança jurídica pode persistir. Tanto é verdade que o Senado já prepara novo projeto restabelecendo os itens derrubados pela Câmara.

Até a Casa pensa nos próximos passos, com um projeto para fechar buracos do projeto aprovado. Correndo por fora está a presidente Dilma, que pode vetar o texto. O que era para tranquilizar a sociedade trouxe novas dúvidas.

A preparação do código se pautou por um exagero de todos os lados envolvidos. De um lado os defensores do ambiente, com propostas irreais, como o fim de importantes culturas já sedimentadas há décadas em algumas áreas — café e uva, por exemplo.

Do outro, os representantes dos produtores — não todos —, com propostas também inviáveis, que, sob o pretexto de defender a produção

agropecuária, indicavam que “tudo era permitido”.

Esses exageros eram conduzidos por lideranças até para obter um consenso sem perdas exageradas numa das partes. É o que parecia ter sido atingido na votação do final do ano passado no Senado, mesmo com descontentamentos de ambos os lados.

A Câmara exagerou na votação da semana passada porque trouxe de novo interpretações subjetivas a alguns pontos do código, como o de quanto deve ser preservado na beira de rios e nascentes.

A grande maioria dos produtores atuais já está consciente dessa necessidade de preservação. Exemplo da mudança de atitude é a adoção de corredores para a preservação dos animais e o plantio de árvores frutíferas para alimentação de pássaros.

A Câmara derrubou, em parte, um projeto que já vinha amadurecendo. Anistiar quem desmatou irregularmente, utilizar áreas de preservação para plantio e reduzir exigências sobre os que não cumprem as normas é a aplicação da “lei de Gerson”.

É punir os produtores conscientes que cumprem a lei.

Pode ser que a sociedade não tenha chegado ao código definitivo. O tempo dirá.

